quero?

Porto Alegre: Artemed, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2004.

HADDAD, N. Metodologia de estudos em ciências da saúde: como planejar, analisar e apresentar trabalho científico. São Paulo: Roca, 2004.

KAMII, C, Devires, R. 1991. Piaget para a educação pré-escolar. PA: Artes Médicas.

KRAMER, Sonia. Com a Pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 2006.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico.

4. Ed. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MEDINA, Vilma. Pintura com dedos na infância. Guiainfantil.com. São Paulo, 05 de mar. de 2021. Disponível em: https://br.guiainfantil.com/materias/cultura-e-lazer/artes/pintura-com-os-dedos-na-infancia/ Acesso em 05 de mar. de 2021.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. (org). Educação Infantil: muitos olhares. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001

PIAGET, J. A psicologia da criança. Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO CURRICULAR

IVALDIRENE FRANCISCA DOS SANTOS

RESUMO

Esse artigo procura refletir sobre A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a importância de se ter um bom planejamento curricular. O planejamento educacional permite a efetivação do processo ensino-aprendizagem com base no Sistema Educacional Nacional, com o objetivo de descrever a função do planejamento educacional como ferramenta fundamental para a construção de uma educação de qualidade. A nova dinâmica social e a tendência para a descentralização dos sistemas educacionais, faz com que os professores diretivos assumam novos papéis, tenham a capacidade de atuar com autonomia e tomar decisões que lhes permitam acessar o mundo globalizado da educação e da sociedade em geral. Educar sem planejar é como construir uma casa sem planta ou escrever um romance sem rascunho. A arte da educação requer esforço, análise racional, pensamento crítico e criatividade. O Planejamento em Educação é a chave para garantir o sucesso e a qualidade das ações.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino-Aprendizagem; Planejamento;

ABSTRACT

This article seeks to reflect on The Common National Curriculum Base (BNCC)

and the importance of having a good curriculum planning. Educational planning allows the teaching-learning process to be carried out based on the National Educational System, with the aim of describing the role of educational planning as a fundamental tool for building quality education. The new social dynamics and the tendency towards the decentralization of educational systems, makes the directive teachers assume new roles, have the ability to act autonomously and make decisions that allow them to access the globalized world of education and society in general. Educating without planning is like building a house without a plant or writing a novel without a draft. The art of education requires effort, rational analysis, critical thinking and creativity. Education Planning is the key to ensuring the success and quality of actions.

KEYWORDS: Education; Teaching--Learning; Planning;

INTRODUÇÃO

O planejamento curricular dá a possibilidade de pensar em atividades que promovam uma aprendizagem significativa, selecionando e / ou adaptando o que se considera mais conveniente para ensinar e como colocá-lo em prática.

O planejamento está presente em nosso dia-a-dia, mesmo que implícito, como o caso da pessoa que, ao levantar-se pela manhã, pensa no seu dia, no que vai acontecer ao longo dele. Como não se tem certeza do que realmente irá acontecer no passar dessas vinte e quatro horas, a pessoa obriga-se a pesar, prever, imaginar e tomar decisões, contudo, ela sempre espera tomar as decisões mais acertadas, para que sua ação alcance os objetivos esperados; mesmo não tendo consciência de que está realizando um planejamento, esta pessoa está fazendo o uso do ato de planejar (GAMA; FIGUEIREDO, p. 1).

Este instrumento é de vital importância em centros educacionais, pois permite abrir espaços de diálogo e reflexão sobre as metodologias a serem utilizadas, a progressão dos conteúdos abordados e os instrumentos a serem utilizados para avaliar o nível de aproveitamento da aprendizagem.

A realização do planejamento curricular deve levar em consideração os grupos com os quais irá trabalhar, seu ambiente, dando relevância às possibilidades do centro educacional e aos recursos digitais que permitem a integração de todos na concepção das atividades, os valores e eixos transversais e os diversos atores relacionados, que podem contribuir para aprofundar a qualidade da aprendizagem, com base na inovação e numa visão global da realidade educacional.

A necessidade de um currículo que conseguisse atender a toda a população escolar brasileira é discutida há algum tempo. Em virtude disso, a BNCC tem como objetivo “[...] promover equidade nos sistemas de ensino, isto é, de promover o direito de aprendizagem da totalidade dos estudantes” (BRASIL, 2017 p.1). A primeira versão foi disponibilizada para novos estudos e sugestões no mês de setembro de 2015, e nela a BNCC foi assim definida:

É um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essen-

ciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para as crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica em todo país. O documento conterá: Competências gerais que os alunos devem desenvolver em todas as áreas; Competências especificas de cada área e respectivos componentes curriculares; Conteúdos que os alunos devem aprender e habilidades a desenvolver a cada etapa da Educação Básica da Educação Infantil ao Ensino Médio. A progressão e sequenciamento dos conteúdos e habilidades de cada componente curricular para todos os anos da educação básica. (BRASIL, 2017 p.1)

Não se deve esquecer no planejamento educacional as estratégias de planejamento didático para o desenvolvimento do currículo em sala de aula, para que o aluno aprenda não só o conceito de um determinado conhecimento, mas também quando e por que ele deve ser utilizado na resolução de situações problemáticas. As várias competências: As conceituais, procedimentais, atitudinais devem estar imersas nas bases teóricas ensinadas aos alunos para que possam aplicá-las a partir de sua própria práxis, sem esquecer que as ações do professor devem obedecer a processos de planejamento antes, durante e após o desenvolvimento das aulas. Não se deve esquecer que a ação do professor é afetada por fatores administrativos, políticos, sociais e / ou culturais que por vezes obrigam o professor a improvisar em sala de aula.

Toda ação educacional formal requer um planejamento, que necessariamente inclui fases, etapas ou processos inter-relacionados para atingir os objetivos estabelecidos.

O CURRÍCULO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O sistema escolar funciona com um determinado currículo e nunca pode funcionar sem reconhecer a importância do currículo. Sem um currículo adequado, uma escola não pode funcionar sem problemas. Pois não haveria ideia definida de qual é o plano de ensino aos alunos que estudam na instituição. Qual é o objetivo do ensino de uma disciplina, é necessário que haja um objetivo definido em mente da administração: o que eles querem que as crianças sejam capazes de fazer quando concluírem o período acadêmico naquela instituição.

[…] dentro do campo pedagógico, apesar das diversas definições que o termo currículo recebeu ao longo da história da educação, tradicionalmente, passou a significar uma relação de disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica, com o respectivo tempo de cada uma, ou seja, matriz curricular. (CAMACHO e MANZALLI, 2014 p. 16).

Por outro lado, se o plano de estudos é muito difícil para a maioria dos alunos. Em seguida, a administração precisa redefinir o programa para uma versão menos difícil. O currículo atualmente empregado precisa da inclusão ativa da administração. Por meio do gerenciamento completo do currículo, podemos avançar em direção a um ambiente acadêmico mais eficaz, com alunos qualificados e trabalhadores.

O currículo precisa ser administrado de forma equilibrada, de forma que não sobrecarregue o professor e os alunos, nem os mantenha tão leves que não aprendam nada ao final do curso. A administração de uma escola ou faculdade precisa ter certeza de criar um currículo viável no período determinado. Ao manter o currículo gerenciado, a administração pode aprender com os dados anterio-

res sobre como planejar seu futuro currículo. Gerenciar o currículo pode ser difícil quando há muito manuseio de registros.

Muita papelada precisa ser gerenciada; isso pode ser facilitado fazendo registros em computadores. Por meio do gerenciamento eletrônico dos registros, será mais fácil localizar registros mais antigos e criar estatísticas para calcular onde o sistema precisa de melhorias. Para estabelecer um sistema de gestão tão eficaz, a instituição acadêmica precisará de investimentos do governo. Mas precisam propor uma boa proposta ao governo, para que tenham certeza de que seu investimento será frutífero para o setor educacional.

Se imaginarmos que o currículo pode instaurar-se conjugado à experiência irredutível da formação da criança [...] poderíamos ter aqui uma oportunidade ímpar de experienciar uma fecunda desterritorialização dos padrões rígidos que ainda persistem na escola, travestida de belas e progressivas ideias, em muitas oportunidades de um novo tempo. (MACEDO e BARBOSA, 2013, p.28-29)

O professor, o aluno e o conteúdo que o professor está ensinando aos alunos. Por meio dessas visitas improvisadas, pode-se entender e analisar melhor onde a gerência precisa de atenção. Ao observar todos os três elementos principais em funcionamento, ou seja, professor, aluno e conteúdo, a administração pode identificar problemas. Se o professor não estiver sendo mais detalhado sobre o assunto que está sendo ensinado, os alunos não conseguirão entender. Então, isso significaria que a administração precisa lembrar ao professor que ele precisa estar mais atento aos seus métodos de ensino.

Definir um bom currículo é uma coisa, mas alcançar muitos requer muitos recursos. A parte mais básica do material curricular são os livros por meio dos quais o professor planejará a aula e a ensinará às crianças da classe. Dependendo da estrutura do currículo, os livros serão decididos. Além dos livros, ambiente de sala de aula adequado, cadeiras e mesas para os alunos sentarem e colocarem seus papéis e livros, quadro branco para o professor escrever.

Da mesma forma, o professor precisa ter a habilidade de ensinar adequadamente o currículo às crianças. O professor ajuda a utilizar o material curricular e a administração deve dedicar bastante tempo à procura de um professor qualificado para seus alunos. A importância do material curricular é tão importante quanto sua gestão. Não apenas o material do currículo precisa ser comprado e usado, mas também mantido. Comprar todo o material da sala de aula é uma coisa, mas mantê-lo limpo e seguro é o maior desafio. As crianças precisam ser lembradas de não rabiscar nas mesas, o que pode causar uma péssima impressão.

Não deve haver lixo e o aluno deve ser incentivado a jogar o lixo no lixo, mantendo seu ambiente limpo e saudável. Também faz parte de nossa religião que 'Limpeza é a metade da fé. Quando algo é confiado a nós. Precisamos mantê-lo seguro e tentar devolvê-lo nas mesmas condições em que estava ao recebê-lo. Portanto, precisamos manter nosso ambiente e nossos pertences limpos.

Enquanto estudamos nas escolas, todas as coisas são confiadas a nós e somos administradores. Não devemos prejudicá-los, pois não é apenas ruim, mas nossa religião também proíbe causar danos a qualquer coisa que nos seja confiada. Devemos também lembrar que o material curricular que nos é

fornecido custa recursos. Portanto, devemos mantê-los seguros, para que possamos usar recursos futuros para outras questões importantes.

O desenvolvimento de um bom currículo é necessário para qualquer instituto. Mas nunca pode haver um currículo absoluto, como o mundo vai progredindo, tudo precisa ser compatibilizado com os cenários dados. Uma das melhores maneiras de desenvolver um bom currículo é ter um gerenciamento adequado para ele. O fato de termos registros dos antigos, podemos analisar e decidir onde precisa ser mudado. Conforme mencionado anteriormente, se fizermos uma gestão melhor do currículo mais antigo e de suas estatísticas, isso nos ajudará a fazer um design melhor para as próximas gerações.

O currículo deve incluir algumas questões importantes como:

1. O plano de estudos obrigatório foi concluído?

2. O programa foi bem compreendido pelos alunos?

3. O sistema atual sobrecarregou as crianças ou o professor?

4. Há espaço para melhorias no professor ou no conteúdo?

Manter essas questões em mente ajudará a administração a se concentrar no objetivo principal de ensinar os alunos de forma eficaz. Isso ajudará a administração a projetar um currículo que se mostre frutífero para os alunos e gerenciável pelos professores. Se o currículo é muito agitado para os alunos, ele precisa ser menos complexo. Desta forma, os alunos distribuem o plano de estudos uniformemente ao longo do ano letivo. Por outro lado, se todos os alunos tiverem um nível muito bom de compreensão, aumentar a complexidade de acordo seria uma boa ideia.

Assim, as crianças podem absorver mais informações nesse período de tempo. Para tal concepção do currículo, precisamos estabelecer políticas educacionais eficazes que reforcem a cooperação entre o governo e o setor educacional. Quando o governo e o setor educacional vão se dar as mãos. Eles serão mais capazes de abordar a questão relativa às deficiências do currículo em termos de gestão, material e desenvolvimentos. O governo pode fornecer os fundos necessários para os materiais, enquanto o setor educacional utiliza os fundos e cria políticas que facilitam professores e alunos.

O currículo é a base de qualquer instituição acadêmica, sem ele a instituição seria uma causa perdida. Como o plano de estudos estaria em todo lugar, já que não há objetivos concretos do sistema. Precisamos ter um conjunto definido de metas e objetivos para o programa que planejamos para nossos alunos. Só então podemos avançar em direção a um futuro acadêmico melhor para nossa nação.

A estrutura e o desenvolvimento do currículo envolvem muitos recursos, incluindo a forma como ele é organizado, os objetivos a serem alcançados na educação, os processos de ensino, aprendizagem e avaliação e, finalmente, como o currículo atenderá aos futuros alunos.

A BNCC E SUAS IDEIAS CENTRAIS

A BNCC traz uma grande inovação ao estabelecer 10 competências gerais para nortear as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares. Segundo o docu-

mento, o desenvolvimento dessas competências é essencial para assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica.

"Nossa posição é sustentada no entendimento de que a desejável diversidade, fundamental ao projeto de nação democrática expresso na Constituição Brasileira e que se reflete na LDB/1996, não é reconhecida na proposta da BNCC, na medida em que nesta está subentendida a hegemonia de uma única forma de ver os estudantes, seus conhecimentos e aprendizagens, bem como as escolas, o trabalho dos professores, os currículos e as avaliações, imprópria à escola pública universal, gratuita, laica e de qualidade para todos" (ANPED, 2015).

Desse modo, as 10 competências gerais comunicam aos educadores uma importante mensagem: quem é o estudante que a BNCC propõe formar.

Os principais desafios são:

Valorizar e Utilizar conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo.

Exercitar a curiosidade intelectual dos alunos.

Agir com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.

Valorizar e fruir das diversas manifestações artísticas.

Exercitar empatia, diálogo e resolução de conflitos.

Utilizar diferentes linguagens.

Compreender, conhecer e utilizar as novas tecnologias.

Valorizar a diversidade de saberes culturais.

A BNCC é um documento amplo, ao qual dispõe de alguns temas e desafios, aos quais as escolas e os professores podem se basear para ministrar seu planejamento, visando definir um conjunto de aprendizagens essenciais que todas crianças devem desenvolver ao longo do seu percurso escolar.

A BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas (BRASIL, 2017, p.15).

Para um entendimento um pouco resumido do BNCC, segue algumas ideias baseadas nesse documento para um bom planejamento:

RESPONSABILIDADE E CIDADANIA – CIÊNCIAS HUMANAS

Cidadania significa ser membro e apoiar a própria comunidade e país.

As crianças precisam aprender desde cedo que suas ações têm consequências e comportamentos negativos ou desrespeitosos não serão permitidos.

A base para um ambiente de vida com respeito mútuo é o respeito mútuo. As crianças devem respeitar os adultos (pais, avós, professores do jardim de infância e da escola, etc.) e outras crianças, como os adultos, devem respeitar as crianças e outros adultos. O respeito mútuo e a consideração dos desejos é uma das premissas importantes para a convivência da sociedade.

Além dos direitos, as crianças também têm responsabilidades, como os membros adultos da sociedade. Os direitos de

uma criança terminam onde os direitos de outra criança ou adulto começam. Isso significa que os direitos têm limites e uma criança deve considerar os direitos de outras crianças e adultos ao exercer seus direitos. Direitos e responsabilidades andam de mãos dadas.

A BNCC é um convite à reflexão acerca das condições de possibilidade da educação, enquanto conjunto de conceitos, procedimentos, valores e atitudes empregados no processo educativo, visando o desenvolvimento pleno do aluno. É nesse sentido que o documento entende a necessidade de garantir os 'direitos de aprendizagens' como recurso indispensável no processo de educação formal a subsidiar a estruturação de currículos compatíveis ao nível de ensino e aprendizagem de alunos em contextos sociais e culturais distintos. (NICOLAU, 2018, p. 08).

A criança tem direito à educação, mas ao mesmo tempo tem o dever de frequentar a escola. A criança tem direito à proteção da saúde, mas tem a obrigação de cuidar da sua saúde. Uma criança tem direito à liberdade de expressão, mas ao exercer o seu direito à liberdade de expressão, a criança deve respeitar os direitos das outras crianças e adultos, acima de tudo o direito de proteger a sua honra e dignidade.

Considerando o discurso clássico da cidadania como filiação completa à comunidade, o adulto produziria cidadania parcial para as crianças, pois limita o exercício dos direitos exercidos pelo mundo adulto.

Em uma sociedade livre e democrática, cada pessoa, desde o nascimento, é um cidadão, é um sujeito de direitos. O exercício da cidadania é conhecer e fazer valer esses direitos. Não é um dom natural, mas uma virtude que a espécie humana conseguiu conquistar ao longo da história, indo da barbárie à civilização. Mais importante ainda, o exercício da cidadania é também um direito civil básico da maior importância, pois o seu cumprimento, sem dúvida, contribui para o cumprimento de todos os outros direitos.

O primeiro passo para educar as crianças e torná-las boas cidadãs é garantir que aprendam valores onde o consenso, a compreensão e a paz são as notas predominantes.

Defender os cinco temas da cidadania - honestidade, compaixão, respeito, responsabilidade e coragem - não é suficiente. Explorar esses temas, falar sobre eles e fazer conexões entre esses temas e a vida de seus alunos são as chaves para desenvolver uma verdadeira compreensão dos conceitos. As atividades abaixo, que ajudarão a desenvolver esses temas, são divididas por séries:

Mas, primeiro, vamos dar algumas palavras sobre cada um dos temas:

- A honestidade é o tema básico da boa cidadania. Uma pessoa deve ser honesta com os outros e consigo mesma para ser um bom cidadão.

- Compaixão é a emoção de cuidar das pessoas e de outras coisas vivas. A compaixão dá à pessoa um vínculo emocional com seu mundo.

- Respeito é semelhante à compaixão, mas diferente em alguns aspectos. Um aspecto importante do respeito é o respeito próprio , enquanto a compaixão é dirigida aos outros. O respeito também é dirigido a coisas ou idéias inanimadas, bem como às pessoas. Por exemplo, as pessoas devem respeitar as leis. Finalmente, o respeito inclui

a ideia de estima ou admiração, enquanto a compaixão é um sentimento que as pessoas podem ter pelos outros que não admiram necessariamente.

• Da honestidade, compaixão e respeito vem a Responsabilidade , que inclui tanto a responsabilidade privada quanto a pessoal e pública. Indivíduos e grupos têm responsabilidades. Responsabilidade tem a ver com ação e inclui muito do que as pessoas consideram boa cidadania. Você pode salientar que uma das principais responsabilidades dos alunos é aprender. Eles devem se educar para que possam viver ao máximo seu potencial.

• Por fim, o tema Coragem é importante para uma boa cidadania. Os seres humanos são capazes de ir além da mera bondade em direção à grandeza. A coragem permite que as pessoas façam a coisa certa, mesmo quando ela é impopular, difícil ou perigosa.

BNCC E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

A BNCC está estruturada em cinco campos de experiências nos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com a BNCC (2017), os cinco campos de experiências que devem ser propiciados para as crianças, são:

- Eu, o outro e o nós: Com base na interação com os pares, crianças e adultos, as crianças se constituem no seu modo de ser e agir, construindo a sua identidade, possibilitando o contato com diferentes grupos sociais e culturais.

- Corpo, gestos e movimentos: Por meio do corpo é que a criança explora o mundo, o espaço, estabelecem relações e se tornam conscientes da sua corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, música, teatro e as brincadeiras de faz de conta elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, linguagem e emoção.

- Traços, sons, cores e formas: Vivenciar as diferentes formas de expressão e linguagem como as artes visuais, a música, o teatro, o audiovisual. A Educação Infantil deve favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal para que se apropriam de sua cultura.

- Escuta, fala, pensamento e imaginação: Promover espaços para que a criança possa falar, ouvir, potencializando a sua participação na cultura oral. Dentro deste campo encaixa-se também as narrativas e a linguagem escrita que deve partir do que as crianças conhecem e deixam transparecer. Além disso, o contato com diferentes histórias e gêneros literários.

- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: Promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar o seu entorno, levantar hipóteses criando oportunidades para que elas possam ampliar seu conhecimento mundo físico e sociocultural.

A BNCC como outros documentos para a Educação de um modo geral implica em desejo de melhoria e é isso que se deve focar para ter uma educação de qualidade, mas não esquecer de que está se tratando de pessoas e que a busca por uma cidadania que efetivamente se preocupe com o desenvolvimento integral.

Percebe-se que é extremamente fun-

damental que as escolas e os professores tomem conhecimento da BNCC para trabalhar com os alunos de forma ampla e significativa.

AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

A Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), enfatiza a ampliação progressiva do tempo escolar tanto no âmbito do ensino fundamental como no da educação infantil determinando um mínimo de sete horas diárias para a escola de tempo integral (BRASIL, 2001).

Em 2007, o Governo Federal lançou o Programa Mais Educação, com o intuito de proporcionar às escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mais cultura, lazer e possibilidades de conhecimentos com a ampliação de novos tempos e espaços.

Esse programa foi atualizado e redenominado Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes (BRASIL, 2016, p.23).

No Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei de nº 13.005/2014, destaca que a educação de tempo integral é contemplada na meta seis qual seja, “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 59). Em âmbito estadual, o reconhecimento da necessidade da melhoria na qualidade da Educação Básica levou a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a implantar, em 2012, o Programa de Ensino Integral (PEI) nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio de Tempo Integral, instituído pela Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012 (SÃO PAULO, 2012).

Naquele ano, aderiram ao Programa 16 escolas, 11 diretorias e foram atendidos 5 mil alunos. Em 2013, a adesão foi ampliada para 69 escolas, 38 diretorias e 17 mil alunos. Em 2014, são 182 escolas, 64 diretorias e 55 mil alunos (SÃO PAULO, 2014, p. 1). Desde então, constata-se um crescimento exponencial de escolas que ingressaram ao PEI de tal sorte que, a partir de 2017, 308 unidades passaram a oferecer esse novo modelo de ensino em tempo integral, atendendo mais de 104 mil estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, segundo informações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2018).

As unidades oferecem estrutura com laboratórios, disciplinas eletivas e jornada de oito a nove horas em média. As Diretrizes das Escolas de Tempo Integral defendem que a função social da escola representa a “alavanca de um processo que visa à formação de pessoas aptas a exercerem sua plena cidadania” (SÃO PAULO, 2006, p. 14). Com esse intuito, as diretrizes preveem a “ampliação do tempo físico com a intensidade das ações educacionais” (SÃO PAULO, 2006, p. 5), com uma nova organização curricular que propõe a manutenção do currículo básico do ensino fundamental enriquecido com “procedimentos metodológicos inovadores” (SÃO PAULO, 2006, p. 11).

Bakunin (1979, p. 20) já defendia a educação integral sob um aspecto sociopolítico ao questionar se “poderá ser completa a emancipação das massas trabalhadores enquanto receberem uma instrução inferior à dos burgueses”, considerando que “pedimos para o povo [...] instrução integral, toda a instrução, tão completa como o requer a força intelectual do século”.

Marx e Engels (1992) consideram que a educação deve integrar educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica, que inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas essenciais aos diversos ramos industriais.

Gonçalves (2006, p. 130) coloca que tradicionalmente se entende educação integral como a que leva em conta “o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações”.

Dessa maneira, o sujeito deve ser considerado do ponto de vista biopsicossocial. O autor acrescenta ainda que “o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, que [...] tem demandas simbólicas, busca satisfação nas suas diversas formulações de realização” (GONÇALVES, 2006, p. 130). Depreende-se das palavras do autor que a pessoa, em sua totalidade, integra aspectos biológico-corporais, sociais, cognitivos, afetivos, morais, em um contexto de tempo e espaço.

Dessa forma, um processo educativo integral deve abranger todos estes aspectos de modo integrado, visando à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional.

Guará (2006, p. 16) enfatiza que “a concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação”. Nesse sentido, educação integral se associa à concepção filosófica de homem integral, entendido em sua totalidade, englobando “suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais” (GUARÁ, 2006, p. 16).

Para Mathias (2006), a concepção de educação integral a partir da formação integral do ser humano amplia o conceito de educação e abre espaço para que a sociedade como um todo se envolva e se torne responsável pela formação de novas gerações.

Desse modo, a educação integral não só contempla o ser humano de forma integrada como também a diversidade dos espaços educativos como conceito fundamental. Diversos espaços de aprendizagem possibilitam “a ampliação de repertórios relacionais, culturais, científicos, artísticos, todos importantes para a criação de significados, compreensão da realidade e aumento da capacidade de intervenção positiva” (MATHIAS, 2006, p. 12). Constata-se, dessa maneira, que o autor considera a educação integral como um recurso para que crianças e adolescentes se redescubram como sujeitos de direito em sua integralidade humana.

A busca de definições demonstra que o tema é suficientemente complexo para fomentar indefinições, como a apresentada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (BRASIL, 2009, p. 16):

Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação “mais completa possível” para o ser humano, em-

bora não haja consenso sobre o que se convenciona chamar de 'formação completa'[...]

Apesar dessa ausência de consenso, é possível afirmar que as concepções de Educação Integral, circulantes até o momento, fundamentam-se em princípios político ideológicos diversos, porém, mantêm naturezas semelhantes, em termos de atividades educativas.

Guará (2006, p. 15) compactua essa indefinição ao afirmar que "Isoladamente, nenhuma norma legal, concepção ou área da política social dá conta do atendimento completo pretendido pelas propostas de educação integral".

A autora enfatiza que, em sua dimensão humanizadora, a educação "assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social" (idem).

Paralelemente a essa dimensão filosófica, Guará (2006, p. 17) entende a educação integral como "articulação de saberes a partir de projetos integradores", a partir da qual "a relação escola/comunidade também poderá propiciar o estudo dos temas transversais, a integração entre as disciplinas e o trabalho coletivo".

Uma terceira vertente, na visão de Guará (2006), consideraria a Educação Integral na perspectiva de tempo integral de atendimento de crianças e jovens, assunto que será tratado em tópicos posteriores.

Maurício (2012, p. 25) sintetiza essas concepções ao afirmar que a educação integral "embasa a proposta de extensão do tempo escolar diário, reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto". Tal concepção considera que essa integralidade:

[...] se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstâncias. A criança desenvolve seus aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros conjuntamente. Não há hierarquia do aspecto cognitivo, por exemplo, sobre o afetivo ou social. Por isso, as atividades a que é exposta devem envolver multiplicidade de aspectos para benefício de seu desenvolvimento.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2016, p. 1) busca sintetizar o conceito: "Educação integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes".

Assim, Educação integral representa a visão de crianças, adolescentes e jovens como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões: desenvolvimento intelectual, físico, do cuidado com sua saúde.

Dentro desse conceito, é fundamental ofertar oportunidades para desfrutar e produzir arte, conhecer e valorizar sua história e seu patrimônio cultural, ter uma atitude responsável diante da natureza, respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes (BRASIL, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos devem ser revisados e monitorados regularmente. Em seguida, o progresso alcançado em cada área deve ser comunicado de forma eficaz a todas as partes interessadas.

Quando o professor reserva um tempo para planejar suas aulas, ele e seus alunos verão melhorias nas experiências de ensino e aprendizagem.

O planejamento é, sem dúvida, uma das etapas mais importantes do processo educacional. É o primeiro passo para alcançar o aprendizado completo e efetivo do conteúdo solicitado pelos alunos. Além do mais, com um bom planejamento, os resultados são muito mais previsíveis e, portanto, são um bom presságio para uma avaliação bem-sucedida.

O planejamento é fundamental para o professor, pois permite aliar a teoria à prática. Ou seja, poder usufruir dos conteúdos (teóricos) mais ou menos padronizados e comuns da forma mais conveniente possível. Desta forma, um planejamento adequado implica que o professor possa recorrer a diferentes ferramentas e metodologias para que o conteúdo programático chegue melhor aos alunos.

Pensar previamente nas aulas permite que o conteúdo seja sequenciado e segmentado, tornando-o coerente e funcional, o que tem impacto direto na capacidade dos alunos de se apropriarem e assimilarem as aulas de forma global e integral.

É necessário também que o planejamento seja questionado sobre os objetivos da Base Nacional Comum Curricular BNCC, tanto gerais quanto específicos, pois só assim se podem analisar os resultados do ensino, em relação a se eles são cumpridos de forma satisfatória ou não. Assim, um planejamento baseado na BNCC irá orientar e canalizar as sessões, permitindo uma ordenação mais eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPED. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ofício n.º 01/2015/GR.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Governo Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação Parecer CNE/CEB nº 7: diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: Governo Federal, 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (temas transversais) terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GAMA, Anailton de S.; FIGUEIREDO, Sonner A. de. O Planejamento no Contexto Escolar. Disponível em <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/04/Arquivos04/05.pdf>. Acesso em: 25 abr 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. Infâncias - devir e currículo: a afirmação do direito das crianças à (aprendizagem) formação / Roberto Sidnei Macedo, Omar Barbosa Azevedo. – Ilhéus, BA: Editus, 2013.

NICOLAU, Alessandra Aranda, et al, A Pedagogia da Responsabilidade Integral e a BNCC, 1. Ed. São Paulo: Thoth, 2018.